

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR-PEDAGOGO: UM ESTUDO DESCRITIVO NO SUDOESTE DA BAHIA

Luciana Souza Viana¹

Maria de Fátima de Andrade Ferreira²

Resumo: Este artigo analisou a Educação Ambiental na formação inicial do professor-pedagogo: um estudo descritivo no sudoeste da Bahia. Para tanto procurou identificar de que maneira a temática ambiental está inserida no currículo do curso de Pedagogia, da UESB campus de Itapetinga, e o que sabem esses alunos sobre meio ambiente, educação ambiental, o saber ambiental que vem sendo motivo de discussões e reflexões por diferentes áreas do conhecimento e, considerado pela legislação educacional brasileira como conteúdo obrigatório em todas as modalidades e níveis de ensino. Nesse sentido, optou-se pelo estudo descritivo-explicativo, recorrendo à observação direta, assistemática e sistemática, à aplicação de formulário fechado e aberto, com análise quantitativa e qualitativa, aplicado aos alunos sujeitos da pesquisa.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Meio Ambiente; Formação de Professores.

¹ Aluna do Mestrado em Ciências Ambientais – UESB. E-mail: lucianauesb@gmail.com

² Professora Dra. do Mestrado em Ciências Ambientais – UESB. E-mail: mfatimayago@hotmail.com

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 2: 308-331, 2018.

Introdução

O presente artigo é um recorte da pesquisa de Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus Itapetinga, que analisou a Educação Ambiental na formação inicial do professor-pedagogo: um estudo descritivo no Sudoeste da Bahia, Nessa perspectiva, o artigo investigou de que forma a temática ambiental está inserida no currículo do curso de licenciatura em Pedagogia e o que sabem os alunos, sujeitos da pesquisa sobre meio ambiente, educação ambiental e o saber ambiental que vem sendo pauta de discussões e reflexões por diferentes áreas do conhecimento e, considerado pela legislação educacional brasileira como conteúdo obrigatório em todas as modalidades e níveis de ensino.

Nesse sentido, buscou-se identificar de que forma a temática ambiental está inserida no currículo do curso de Pedagogia da UESB, campus de Itapetinga, e o que sabem esses alunos sobre meio ambiente e educação ambiental. Pois o saber ambiental é pauta de discussões e reflexões por diferentes áreas do conhecimento e é considerado pela legislação educacional brasileira como conteúdo obrigatório em todas as modalidades e níveis de ensino.

A crise ambiental atual aumentou a preocupação de pesquisadores de diferentes instituições, movimentos ambientalistas e de setores da sociedade civil organizada e exige atenção sobre a importância e urgência de repensar o modelo de desenvolvimento socioeconômico e capitalista brasileiro e mundial. Nesse contexto, as instituições de ensino foram colocadas em pauta como espaços apropriados para desenvolver educação ambiental nos currículos dos cursos que ofertam, além de outras ações nessa direção.

Sobre essas questões a Resolução CNE/CP 1/2012 e a Resolução CNE/CP 2/2012 (BRASIL, 2012) que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental nas instituições de ensino para atender a formação de cidadãos ambientais, conscientes do meio ambiente como um bem comum a todos.

Se a Educação Ambiental surge em defesa do meio ambiente e dada as suas exigências, então não há o que questionar acerca de sua importância de forma transversal e de outras formas no currículo dos cursos de formação de professor, como instrumento transformador das relações entre sociedade e natureza.

A partir desse entendimento e das provocações sobre o tema, a presente pesquisa percebe a importância de o professor estar preparado com saberes pedagógicos e práticas de EA como um desafio para a elaboração e discussão de conhecimentos e saberes interdisciplinares necessários à formação de alunos na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental com concepção de Educação Ambiental que atenda às exigências da sociedade e mundo contemporâneo.

Para essa análise documental, foram consultados leis, pareceres, resoluções e decretos. O marco teórico (pesquisa bibliográfica, internet e

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 2: 308-331, 2018.

documental) procurou discutir conceitos, concepções e definições de currículo, formação inicial de professor, interdisciplinaridade, educação ambiental, meio ambiente com a preocupação de buscar contribuições à pesquisa. Nesse contexto, a legislação internacional. Do mesmo modo, para entendimento da EA no currículo do curso de Pedagogia investigado, a pesquisa buscou analisar a legislação nacional sobre Meio Ambiente, Educação Ambiental e as específicas da educação brasileira revisitadas por esta pesquisa.

Para a coleta de dados, foram aplicados formulários fechados e abertos, realizadas observações e conversas formais e informais para identificar o que dizem/sabem os alunos do curso de Pedagogia sobre meio ambiente e educação ambiental, observando de que modo a temática Educação Ambiental incluída no currículo deste curso de graduação tem influenciado (ou não) na formação inicial desses sujeitos. Como também foi analisado de que modo a educação ambiental é trabalhada no currículo do curso [abordagem disciplinar, inter/transdisciplinar, transversal (?)] e o que sabem estes sujeitos sobre o tema.

Sabe-se, portanto, que a preocupação com a formação em cursos de Licenciatura em Pedagogia, sob a perspectiva interdisciplinar é essencial, pois este curso pretende preparar futuros professores da Educação Básica para lidar com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, na sua vida profissional, com questões de diferentes naturezas, inclusive com a formação ambiental de seus alunos.

Os resultados da pesquisa indicam que os alunos do curso investigado, futuros professores da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental demonstram ainda não conhecem a legislação de EA, falam de forma muito tímida sobre as questões ambientais e conservam uma concepção de meio ambiente. Assim, a EA ainda precisa ser tratada e desenvolvida no âmbito do curso e currículo, como uma “prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a CF/88, Lei n. 9795/99, Resolução CNE/CP n. 1/2012 e 2/2012 para atender a formação inicial de professores do curso de Pedagogia que participarão da formação de crianças e adolescentes, na educação infantil e no ensino fundamental em instituições de ensino e outros espaços de formação na sociedade brasileira.

Nesse sentido, esta pesquisa pretende contribuir e incentivar o debate sobre educação ambiental, meio ambiente e questões ambientais nas instituições de ensino superior, especialmente, no âmbito de cursos de formação de professor, licenciatura em Pedagogia e provocar reflexões entre profissionais envolvidos com formação inicial do professor do curso de graduação, licenciatura em Pedagogia.

Políticas de formação inicial de professores para atuar na Educação Básica

Diante de várias inquietações sobre os conhecimentos, os saberes e as práticas de professores, e considerando questões relacionadas à sua formação inicial para atender as mudanças propostas pela Educação Básica do mundo contemporâneo, percebe-se que as políticas em educação trazem enormes desafios à formação de profissionais em educação, como por exemplo, o de incentivar atividades de enriquecimento curricular para saber lidar com temáticas atuais, como educação em direitos humanos, gênero, relações étnico-raciais, educação ambiental, dentre outras.

Nesse contexto, o curso de Pedagogia vem buscando novos desafios para redefinir a função do pedagogo, de diferentes maneiras e os questionamentos em relação à concepção sobre educação, teorias de desenvolvimento e aprendizagem, impacto da tecnologia da informação e da comunicação a respeito dos processos de ensino e aprendizagem e na educação, metodologias, princípios de educação, dentre outros.

Relacionada a essas inquietações acerca da formação do professor, é possível verificar que a LDB n. 9.394/96, em seu artigo 62 afirma que

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996, p. 56).

Por conseguinte, os professores de diferentes níveis e modalidades de ensino, de acordo com a legislação da Educação Brasileira a LDB n. 9394/96 (BRASIL, 1996) e os objetivos pretendidos pela concepção de cursos e de formação de egressos de instituições brasileiras, precisam estar aptos e capacitados a serem agentes de mudanças e de transformação social. Sendo assim, nesse contexto educacional, cabe uma reflexão sobre a importância de valorizar a educação problematizadora que se faz através de *“um esforço permanente, em que os homens passam a perceber o mundo a partir da ótica da criticidade”* (FREIRE, 1987, p.41).

Em relação a essa questão da necessidade de se buscar melhor qualidade para a educação brasileira, a formação inicial de professores cresce como uma preocupação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e tem produzido contestações e provocações sobre sua formação, saberes e práticas docentes. Com os processos educativos em escolas e/ou em outros espaços, na sociedade atual, crescem as exigências de qualificação docente para trabalhar com temas transversais e para orientar crianças e adolescentes com visões de mundo e perspectivas de cidadania.

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 2: 308-331, 2018.

Nessa perspectiva, há diferentes autores que discutem essas questões, como por exemplo, Abbdala (2006), Candau (2001), Lelis (2001), Monteiro (2001), Perrenoud (1993), Pimenta (2002), dentre outros, que consideram que a formação docente e a prática pedagógica do professor precisam ser questionadas quanto à articulação teoria e prática, e a relação que os professores estabelecem com os saberes e da necessidade de atender os objetivos e mudanças da sociedade contemporânea, também precisam ser debatidas. O Parecer CNE/CP n. 28/2001, estabelece que “*a correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar*” (BRASIL, 2001, p. 9).

A formação inicial de professores é abordada pelo Conselho Nacional de Educação e Ministério da Educação (BRASIL, 2001), quando se refere às licenciaturas, tendo em vista que precisam atender aos novos paradigmas que têm influenciado na concepção e nos objetivos dos cursos para a formação do egresso e define no Parecer CNE/CP n. 28, de 02 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001), onde estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena que

A licenciatura é uma licença, ou seja, trata-se de uma autorização, permissão ou concessão dada por uma autoridade pública competente para o exercício de uma atividade profissional, em conformidade com a legislação. A rigor, no âmbito do ensino público, esta licença só se completa após o resultado bem sucedido do estágio probatório exigido por lei (grifos do Ministério da Educação) (BRASIL, 2001, p. 01).

A formação de educadores ambientais durante a formação inicial de professores torna-se fundamental, principalmente quando as mudanças ocorridas no currículo da Educação Básica exigem a aplicação de temas transversais e formação em tempo integral, além de outras questões presentes nas legislações e documentos pedagógicos (Projeto Político Pedagógico, Plano Nacional de Educação, Plano de Desenvolvimento Escolar) das instituições de ensino.

De acordo com a legislação brasileira (BRASIL, 2015; 2012a e 2012b) além de possuir uma consciência ambiental, os futuros educadores, devem também desenvolver práticas ambientais, que os habilitem e os capacitem para compreender efetivamente as questões ambientais vivenciadas na atualidade.

Nesse sentido, diante do contexto que se atribui ao desenvolvimento profissional e à formação inicial de professores, percebe-se que é preciso uma reflexão nas instituições de ensino superior, responsáveis pela formação do professor licenciado em Pedagogia, no que diz respeito ao cumprimento das questões que possam contribuir com a formação de profissionais preparados

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 2: 308-331, 2018.

para atuar na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, inclusive para trabalhar com temáticas que envolvem a formação do sujeito crítico, o cidadão capaz de reconhecer a importância da conservação do meio ambiente.

Para formar professores com criatividade e habilidades para desempenhar suas funções é necessário repensar em que condições esta formação se encontra. Além disso, a formação docente possui como base os conhecimentos e saberes necessários para atuar de forma significativa nas diversas temáticas que envolvem a sociedade. Nesse contexto, destaca-se a importância dos saberes, conhecimentos e práticas para atuar na temática ambiental.

Para Loureiro (2004), com a urgência ambiental repercutindo, tornou-se um grande desafio para o professor estimular uma consciência ambiental transformadora em seus alunos. O educador precisa ser preparado para essa demanda, inserindo em seu planejamento pedagógico as questões ambientais.

Segundo Oliveira e Carvalho (2012, p. 253) é preciso buscar para a graduação, a possibilidade de criação de espaços que trabalhem a Educação Ambiental com ensino e pesquisa, mas também “através da extensão, a indicação da política nacional de educação ambiental e a introdução da temática ambiental de forma interdisciplinar e transversal”.

Assim, pode-se dizer que a função interdisciplinar e ambiental do professor-educador e, principalmente, sua atuação nas instituições de ensino são essenciais para a formação da cidadania ambiental dos alunos dos cursos em que desenvolvem a formação e ensino, pois é através da atuação deste profissional que é possível construir uma educação transformadora e uma cidadania ambiental necessária e, para isso, é preciso buscar mudanças nas condições pedagógicas das instituições de ensino superior, maior conscientização dos professores, inclusive para cumprimento das exigências colocadas pelos currículos das licenciaturas e legislações vigentes.

Além disso, como diz Morin (2001) na sua obra “Os Setes Saberes Necessários à Educação do Futuro” e Enrique Leff (2012) em “Saber Ambiental”, é preciso permitir que o profissional em educação possa buscar a compreensão e a conservação do meio ambiente para que, a partir disso, a cidadania ambiental possa ser construída e alicerçada em toda sociedade brasileira. A respeito das questões necessárias à formação do professor, Pimenta (1999, p. 74) destaca que

[...] o educador precisa compreender os aspectos subjetivos e objetivos do educando para que exista um desenvolvimento dele. É nesta perspectiva que a educação é uma ação social, que garante colocar tanto o educador quanto o educando no contexto ao qual pertencem.

Pode-se afirmar que o ensino precisa ser contextualizado e os significados de espaço, sujeito e conhecimento não podem ser excluídos do currículo das instituições de ensino, inclusive do ensino superior.

Portanto, é importante formar profissionais capazes de atuarem nas diferentes áreas de conhecimento para contribuírem na formação de sujeitos preparados e conscientes para pensar e agir em prol do meio ambiente. Para que possam buscar soluções que sejam ecologicamente adequadas e sustentáveis e, não apenas se posicionar como meros repetidores de palavras e jargões sobre educação, meio ambiente e outros conceitos e concepções sobre o tema em debate. Candau (2008) salienta que a educação ambiental, dentre outros temas, está relacionada com a formação para a cidadania.

Pimenta (1999, p. 18) corrobora com essa concepção explicando que

Dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes fazeres docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano.

Nessa perspectiva, Delors (1998) e Charlot (2005) relatam e falam da problemática existente entre o ato de ensinar, visto como transmissão de conhecimento, em que o sujeito deve aprender diversos saberes e, nesse processo, não dá conta de promover a formação docente necessária para o saber-fazer da profissão professor.

Por isso, a construção da consciência socioambiental de profissionais na área de educação é inevitável, levando-os a compreensão de que a qualidade de vida e a qualidade ambiental são questões indissociáveis e esta relação demonstra que as exigências necessárias pela busca por um ambiente mais equilibrado devem fazer parte do cotidiano de todos.

Leff (2012, p. 324) destaca:

A qualidade de vida depende da qualidade do ambiente para chegar a um desenvolvimento equilibrado e sustentável (a conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, a valorização e preservação da base de recursos naturais, a sustentabilidade ecológica do habitat); mas a qualidade de vida também está associada a formas inéditas de identidade, de cooperação, de solidariedade, de participação e de realização, que entrelaçam a satisfação de necessidades e aspirações derivadas do consumo com diferentes formas de realização, através de processos de trabalho, de funções criativas e de

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 2: 308-331, 2018.

atividades recreativas.

Logo, cabe ao curso de Licenciatura em Pedagogia, que é responsável por formar profissionais na área de educação, observar, dentre outras leis, a Constituição de 1988 e a LDB n. 9394/96 que determinam ser um dever das instituições de ensino, estruturar as formas de pensar e agir dos educadores sobre o ambiente natural e social, e sobre as questões relacionadas a ele.

Para que o processo de formação atenda a trajetória de vida e a emergente teia de exigências da sociedade local e a formação docente, o currículo não pode estar desintegrado, desarticulado, fragmentado, compartimentado e dissociado da teia econômica, social e cultural em que os alunos estão inseridos.

Soares (2010) destaca ainda, que é importante investigar e buscar novos conhecimentos sobre a formação inicial dos profissionais da educação, inclusive dos futuros professores, egressos do curso de graduação, licenciatura em Pedagogia.

O egresso do curso de pedagogia tem como função pedagógica educar e orientar crianças, adolescentes, jovens e adultos na Educação Básica (educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, educação de jovens e adultos), e de acordo Libâneo (1999, p. 83), a *“formação geral de qualidade dos alunos depende de formação de qualidade dos professores”*.

Gatti e Barreto (2009) compreendem que na formação inicial de professores é preciso que ocorra uma modificação nas estruturas institucionais formativas e nos currículos dos cursos, para que haja profissionais qualificados diante das necessidades da sociedade atual.

A atividade docente, portanto, não pode ser restringida a uma mera reprodução de saberes sistematizados. Ao contrário, o seu compromisso vai muito além disso, o professor deve ter o comprometimento de ensinar e transmitir conhecimentos e saberes, afinal, para atender as exigências da sociedade atual e das legislações vigentes da Educação Básica, é preciso estar preparado para formar cidadãos responsáveis e éticos, verdadeiros agentes transformadores do meio em que está inserido.

Pimenta (2002), Charlot (2005), Morin (2001), por exemplo, ressaltam a importância da construção da cidadania e formação de pessoas para este mundo complexo e imprevisível e, para isso, é necessário preparar sujeitos a partir de um ensino voltado para o agir consciente, cidadão e pleno. O agir consciente e pleno exige práticas sociais, interações entre as teorias e as práticas, como ressalta Charlot (2005, p. 96)

[...] a formação do próprio professor associa o aprofundamento dos saberes que ele deva ensinar e a aquisição de um conjunto de práticas profissionais bem definidas e estáveis e o acesso a valores a práticas sociais e a comportamentos que lhe

permitirão desempenhar seu papel de mediador social. A função social do professor é suficientemente clara e coerente para que sua formação profissional possa ser definida e realizada com toda coerência.

É necessário buscar mudanças para as práticas pedagógicas do professor, além de transformação no seu modo de pensar, de atuar na prática e a relação teoria e prática das disciplinas que ensina, priorizando a pesquisa e a intervenção pedagógica. Sem essas mudanças e transformações não é possível, ao que tudo indica, discutir temas transversais nos currículos dos cursos e formar sujeitos conscientes e cidadãos.

Acerca da função social do professor e de sua responsabilidade em possibilitar uma educação de qualidade para seus alunos, Charlot (2005, p. 94) esclarece que:

Formar professores é trabalhar os saberes e as práticas nesses diversos níveis e situar, a partir dos saberes e das práticas, os pontos em que podem se articular lógicas que são e permanecerão heterogêneas – o que, aliás, é fundamental, porque a pretensão de integrar o saber e a prática em um discurso ou em uma prática totalizante é fonte de dogmatismo e de totalitarismo.

A partir dessa explicação de Charlot (2005), observa-se que a identidade do profissional docente é uma questão presente na sociedade contemporânea e, nesse sentido, surgem inúmeros questionamentos como, por exemplo: O que este profissional pensa em relação a si próprio? Qual deveria ser sua formação? E, sem dúvida, colocam-se em questão quais seriam seus conhecimentos e habilidades, dentre outras. Silva (2009), Dubar (2012), Nóvoa (1997) e Tardif (2000) demonstram essa preocupação e interrogam sobre como ocorre esse processo de construção identitário do professor como um profissional e falam de suas implicações tanto na aplicação da teoria como da prática na sala de aula e em outros contextos de atuação profissional.

Silva (2009), por exemplo, afirma que o processo de formação da identidade docente está relacionado à transformação do sujeito e se desenvolve em diferentes momentos, ao longo da vida e da experiência, portanto, identificada nas dimensões pessoal e profissional.

Por outro lado, Dubar (2012) complementa essa explicação de Silva (2009) falando da importância da interação nesse processo de construção da identidade docente, que se desenvolve entre o individual e coletivo, objetivo e subjetivo, decorrentes da socialização e interação entre as trajetórias de formação profissional.

Para que esse vínculo entre saberes e realidade social ocorra, a formação inicial do professor deverá atender às legislações vigentes, inclusive aos paradigmas contemporâneos em educação para que proporcione buscar

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 2: 308-331, 2018.

mudanças que possam transformar as situações problemas colocadas pela humanidade, tecnologias da educação, formas de comunicação que se entrelaçam como teias que se configuram conforme as práticas de sociabilidades, de convivências de interações humanas e ambientais.

Por esse motivo é necessário que ocorra uma mudança na forma de se conceber o currículo para a formação do professor, principalmente, na maneira de se tratar a formação, seus saberes e práticas docentes e, no que se refere à concepção de meio ambiente e educação ambiental como preconizada pelas legislações vigentes (BRASIL, 2012a; 2012b) é preciso abrir espaços de discussão e reflexão sobre questões ambientais no currículo e buscar possibilidades para que essas mudanças possam ocorrer nos ambientes do curso.

Portanto, faz-se necessário, conforme a concepção de Guimarães (2004) que os cursos de licenciaturas trabalhem com metodologias reflexivas para que possam contribuir de maneira significativa para a formação crítica dos futuros profissionais da educação, frente a tais problemas.

Educação Ambiental e sua inserção na Educação e Processos de Ensino Brasileiro

Abordar educação como um conceito polissêmico, com sentidos e significados diversos, é uma tarefa muito complexa que, muitas vezes, pode incorrer em muitos equívocos e interpretações.

A partir desse entendimento, é importante buscar definições, conceitos e concepções de educação em suas mais variadas formas, inclusive procurar ampliar o contexto que a apresenta somente como educação escolar e sua definição como instrumento que poderá promover intersecções sociais entre pessoas e, desse modo, formar a sociedade.

Haddad (2006, p.3) afirma que “a educação é base constitutiva na formação do ser humano, bem como na defesa e composição dos outros direitos econômicos, sociais e culturais”. Nesse sentido, a educação deverá se constituir como uma proposta que abrange diversas culturas e intenções, diferentes conjunturas e estabelecer como seu principal objetivo é a formação e o desenvolvimento do homem em sua dimensão social. Como afirma Sampaio

A educação deve desempenhar um papel essencial para promover resgate dos valores, muitas vezes esquecidos, na compreensão deste universo complexo do meio ambiente, ampliando a visão das comunidades e propondo ações necessárias (SAMPAIO, 2014, 21).

Enfim, a Educação Ambiental é compreendida como articulação sistêmica dos processos educativos formais e não formais sendo considerada

como parte vital e indispensável para se chegar ao desenvolvimento local e à gestão de sociedades sustentáveis (DIAS, 1994). É possível perceber que essa concepção de educação se assemelha à definição estabelecida pela CF/88 que determina:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 57).

Apesar dessa concepção de educação estabelecida pela atual Constituição Brasileira, os sistemas educacionais ainda se encontram fragmentados, fragilizados e pautados em abordagem disciplinar de educação e ensino e, muitas vezes, visam somente atender a interesse de poucos, e não se preocupam em respeitar a diversidade dos indivíduos e dos grupos sociais, tão pouco as questões relacionadas ao meio ambiente e outras questões relevantes para a formação da cidadania e qualificação para o trabalho.

Contudo, considera-se que a educação deve utilizar essa diversidade como um aspecto de caráter positivo, que visa ao entendimento mútuo dos indivíduos, grupos sociais e das sociedades onde vivem. Sua grande aspiração é fornecer elementos indispensáveis para se promover uma cidadania consciente e ativa, lembrando que isso só será possível mediante um contexto democrático e participativo de indivíduos e grupos sociais conscientes desta importância.

Apesar disso, o grande desafio da educação é deixar de ser um fator que contribui para a perpetuação da exclusão social. No entanto, os princípios do conhecimento nos proporcionam relacionar, comparar e selecionar ideias de forma crítica e também autocrítica, evitando assim a banalização do conhecimento que gera incertezas (LOUREIRO, 2004).

Diante disso, percebe-se que a educação deve ser um instrumento dialógico, de fato, de maneira ampla e significativa, dos saberes e, principalmente do saber-fazer e saber-ser, de processos que estão em constante evolução e são vivenciados pelas sociedades, afinal são os fundamentos para desenvolver as competências do futuro (GADOTTI, 2005). O autor lembra que, em razão dos indivíduos estarem em constante aprendizado é que ao longo dos séculos foram adquirindo novos hábitos.

Sobre esse entendimento, Morin (2000, p. 17) diz que é necessário um ensino pautado em modelos e regras próprias a cada sociedade e cultura e são sete os saberes necessários à educação. E, seguindo a concepção moriniana sobre os princípios da educação para o futuro, é possível então dizer que é um princípio que tem como finalidade contribuir para a formação do homem, capaz de produzir e encantar-se com projetos. Portanto, compete aos sistemas e grupos em forma de escola, família, trabalho, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e organizações da sociedade civil e, nesse sentido, poderá

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 2: 308-331, 2018.

permitir uma formação competente, capazes de promover a superação dos problemas de ordem social e cultural, independente do seu papel na sociedade e rever conceitos da convivência humana.

Sabendo-se que a educação tem como objetivo a formação integral do indivíduo, através da interdisciplinaridade, então, perceber a educação ambiental dentro do processo de construção do indivíduo, é levá-lo a exercitar os conhecimentos adquiridos em sua formação humana, efetivando nesse sentido, a necessidade de se tornar um cidadão ambiental. No entanto, é importante entender, efetivamente, como está cidadania ambiental se configura, e como ela poderá incentivar uma conduta humana, que busque preservar os valores, atitudes e comportamentos diferentes dos apresentados na atual conjuntura social.

Diante dos grandes problemas ambientais da sociedade contemporânea, a educação ambiental pode ser considerada uma das estratégias de resolução desses problemas. Assim, a intenção de se educar para e pelo meio ambiente se apresenta, hoje como uma exigência coletiva diante da necessidade de se preservar a vida. Ratifica-se então, a importância do envolvimento de toda a sociedade em prol da preservação do ambiente, e principalmente que os cidadãos estejam preparados e conscientes para pensar e agir em prol do meio ambiente, procurando soluções que sejam ecologicamente adequadas e sustentáveis. (BATTESTIN, 2008).

Assim, Bernardes e Pietro (2010, p. 225) definem a Educação Ambiental como um:

Processo de aprendizagem e comunicação de problemas relacionados à interação dos homens com o seu ambiente natural. É o instrumento de formação de consciência, através do conhecimento e da reflexão sobre a realidade ambiental.

Essa definição é muito importante, pois através dela é possível perceber que os processos de educação ambiental devem ter por finalidade a plena capacitação do indivíduo para compreender adequadamente as implicações ambientais do desenvolvimento econômico e social.

É crescente o número de pesquisadores e estudiosos da Educação Ambiental que enfatizam as finalidades e os objetivos para a Educação Ambiental, dentre vários, destaca-se Enrique Leff (2012), que afirma ser fundamental desenvolver um saber ambiental:

O saber ambiental problematiza o conhecimento fragmentado em disciplinas e a administração setorial do desenvolvimento, para constituir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade-natureza. (LEFF, 2012, p. 145).

Leff afirma que é preciso que a sociedade tenha uma Educação Ambiental para que ocorra o desenvolvimento sustentável, ressaltando que: “[...] a educação converte-se num processo estratégico com o propósito de formar os valores, habilidades e capacidades para orientar a transição para a sustentabilidade” (LEFF, 2012, p. 237). E para que ocorra uma consciência sustentável, Leff (2012, p. 251) corrobora, enfatizando que

A Educação para o desenvolvimento sustentável exige assim novas orientações e conteúdos; novas práticas pedagógicas onde se plasmam as relações de produção de conhecimentos e os processos de circulação, transmissão e disseminação do saber ambiental. Isto coloca a necessidade de incorporar os valores ambientais e novos paradigmas do conhecimento na formação dos novos atores da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Segundo a Unesco (1997), as raízes para o desenvolvimento sustentável estão firmemente implantadas na educação ambiental, que, em sua breve trajetória, se esforçou para alcançar metas e resultados similares aos inerentes ao conceito de desenvolvimento sustentável, e compreendem um amplo espectro de dimensões ambientais, sociais, éticas, econômicas e culturais.

É preciso ressaltar, portanto, como lembra Leff (2012), que o objetivo da educação ambiental não é apenas o da transmissão de conhecimentos ecológicos, pois é preciso por em questão a sua capacidade de mudar comportamentos, mentalidades nos moldes como tem sido colocada pela legislação e debates científicos.

A educação ambiental deverá representar uma proposta política de reflexão e exige debate e posicionamento sobre a relação entre o homem e a natureza. Sendo que, este relacionamento exige

Mediação da relação dos homens entre si na medida em que os caminhos trilhados por uma sociedade em direção ao seu desenvolvimento socioeconômico, passa pelas relações sociais de poder que se estabelecem entre os grupos sociais que a compõem, no decorrer de sua história (LEFF, 2012, p.157).

Diante disso, a Educação Ambiental exige uma base teórica que possa permitir ações efetivas e necessárias à conscientização dos participantes e reconhecimento da importância da sustentabilidade ambiental, através de ações individuais e coletivas, permitindo a interação de conhecimentos em nível local e global.

Materiais e Métodos

A pesquisa foi classificada, quanto aos seus objetivos, em estudo abordagem descritiva e qualitativa, com apoio da quantitativa para analisar a Educação Ambiental na formação inicial do professor-pedagogo: um estudo descritivo no sudoeste da Bahia.

A pesquisa descritiva, conforme Gil (2002), “*tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis*”.

Contudo,

São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o formulário e a observação sistemática. (GIL, 2002, p. 42)

A partir desse entendimento, buscou-se selecionar o formulário fechado e aberto e a observação assistemática e sistemática como instrumento de coleta de dados desta pesquisa, por perceber que assim o objetivo da pesquisa seria mais bem alcançado.

Para discutir a formação do professor nos cursos de licenciatura e a aplicação da Educação Ambiental no currículo do curso de Pedagogia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para discutir concepções, conceitos e definições sobre o assunto e, também, utilizou a análise documental, para identificar de que modo a educação ambiental encontra inserida no currículo do curso, objeto de investigação desta pesquisa.

De acordo com Salvador (1986, p.10), a pesquisa bibliográfica é “*uma pesquisa feita em documentos escritos, utilizando-se de fontes, isto é, documentos escritos originais primários*”, que foram utilizados para trabalhar com conceitos, concepções e definições para abordar o tema desta pesquisa. A pesquisa bibliográfica foi utilizada para trabalhar e analisar conceitos, concepções e definições para abordar os mais variados temas relacionados à educação, a formação de professor, a interdisciplinaridade, ao currículo, ao meio ambiente e a educação ambiental.

A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Juvino Oliveira, sediado na cidade de Itapetinga, Região Sudoeste da Bahia, tendo como foco o Curso de Licenciatura em Pedagogia, com a participação dos alunos regularmente matriculados, do 1º ao 8º semestre deste curso, no primeiro período letivo de 2016.

Durante a coleta de dados, realizada no mês de outubro de 2016, foi utilizada a aplicação de formulário fechado e aberto, de acordo com a disponibilidade de cada sujeito da pesquisa. Foram aplicados no intervalo das

aulas do curso de Pedagogia.

Participaram da pesquisa 48 (quarenta e oito) alunos, portanto, 27% do total de 181 (cento e oitenta e um) alunos matriculados no curso, sendo selecionados seis sujeitos da pesquisa de cada semestre do curso de Pedagogia, Campus Juvino Oliveira, Itapetinga – BA, que aceitaram, espontaneamente, o convite para participar da pesquisa. Destes 48 (quarenta e oito) participantes 30 (trinta) responderam somente as questões fechadas e 18 (dezoito) responderam às questões abertas e fechadas do formulário.

O formulário “*é um instrumento essencial para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado*” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 211).

Os dados coletados pela pesquisa foram agrupados e tabulados a partir dos seguintes critérios, primeiro pela análise das respostas dos alunos, onde foram observadas as semelhanças das respostas obtidas e, posteriormente, no segundo momento, estes dados coletados foram dispostos em tabelas e gráficos, onde estão apresentados a partir das categorias.

Conforme Lakatos e Marconi, “*a pesquisa é um procedimento formal, com métodos de pensamentos reflexivos, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais*” (2003, p. 08).

Concepção e saberes pedagógicos dos Alunos sobre a Educação Ambiental inserida no Currículo do Curso de Pedagogia

Durante esta pesquisa foi possível perceber que a educação ambiental trabalhada em sala de aula neste curso de Pedagogia não contempla a definição proposta por Loureiro (2008), que define a Educação Ambiental como elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais.

E, também a EA, não se encontra alicerçadas, de acordo os resultados de dados analisados, na definição proposta pela Política Nacional de Educação Ambiental que define, no seu Artigo 2º, a Educação Ambiental como “um componente essencial e permanente na Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo” (PNEA, 1999). Além disso, os resultados dessa análise demonstram que, “a preparação para o exercício da cidadania e a compreensão da dimensão da política do cuidado”, preconizadas pela legislação, ainda está a caminho e ainda não são incluídas nas práticas pedagógicas como pretendido pelo seu Projeto de Reforma Curricular.

Esta pesquisa concorda com Loureiro (2008), quando afirma que a Educação Ambiental deve promover a participação ativa das pessoas para a melhoria do meio ambiente, a autonomia dos grupos sociais e a mudança de atitude diante da realidade ambiental.

Quando os alunos foram perguntados, no tópico 3.1 do formulário, como é possível observar na Tabela 03, se já ouviram falar sobre EA, verifica-se que enquanto 79,17% ouviu falar e apenas 20,83% ouviu “falar pouco”.

Com relação à concepção e saberes pedagógicos dos alunos sobre a Educação Ambiental inserida no currículo do curso, observou-se que conforme resultados dos dados analisados pela pesquisa, a EA foi reconhecida em sua importância, por todos os participantes da pesquisa, na questão 3.2 dados apresentados na Tabela 03, quando 73% afirmaram que “sim” é importante o seu curso falar sobre Educação Ambiental e 27% afirmaram ser “muito importante” falar sobre EA no curso de Pedagogia.

No item 3.3 (sobre se os seus professores trabalham com a EA na sala de aula) constatou-se que 50% afirmaram que falam “sim”, 27% afirmaram que falam “pouco” e apenas 23% afirmaram que “não” falam sobre problemas ambientais.

Conforme os resultados adquiridos nesta pesquisa, sobre o item 3.3. (Seus professores de problemas ambientais na sala de aula?), percebeu-se que esta temática estar sendo abordadas pelos professores em sala de aula, porém ainda é muito insuficiente, que este tema precisa ser mais bem explorado.

No item 3.4 (sobre se o aluno considera importante seu curso falar de problemas ambientais) constatou-se que 79% dos alunos, sujeitos da pesquisa, consideram “importante” e 21% acreditam ser “muito importante” o seu curso falar de problemas ambientais.

No item 3.5 (que pergunta “se acha importante estudar questões ambientais na sala de aula”), 71% afirmaram que “sim”, 27% afirmaram que é “muito” importante e apenas 2% acharam que é “pouco” importante estudar questões ambientais em sala de aula.

No item 3.6 (Você acha importante o que é ensinado sobre Educação Ambiental no seu curso?) Obteve-se os seguintes resultados: 42% acha que “sim”, 27% acha “pouco”, enquanto 23% acha que “sim” e apenas 8% acham “muito” importante o que é ensinado sobre EA no curso.

Analisando as respostas acima, percebeu-se que alguns alunos deste curso possuem uma visão simplória sobre Educação Ambiental, como na fala do participante D10: “Imagino que os nossos dramas do desmatamento e a realidade de cada localidade, que às vezes é esgoto a céu aberto, água não potável, enfim a realidade local”.

Foi percebido, através da análise dos dados coletados, que os participantes da pesquisa que cursaram a disciplina optativa Educação Ambiental, possuem um argumento mais elaborado, abordando o tema de

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 2: 308-331, 2018.

forma mais coerente, reafirmando, assim a importância que esta disciplina possui para a formação dos futuros profissionais na área de educação, como na resposta do participante D12 “Aprendi muito, e percebi que não tinha conhecimento suficiente, essa disciplina despertou um senso crítico e elaborado, mas inacabado, pois o tempo não é suficiente, por se tratar apenas de um semestre”. E a na fala do participante D13, confirmamos a importância desta disciplina fazer parte do rol das disciplinas obrigatórias: “educação ambiental deveria ser ensinada como disciplina obrigatória e não optativa do curso de pedagogia. Haja vista que a compreensão correta do assunto trará resultados positivos tanto para o meio ambiente bem como para todos que nele estão inseridos.”

Contribuições (ou não) da Educação Ambiental para mudanças de atitudes, comportamento e valores sociais dos alunos no Curso de Pedagogia

Conforme Boff (2012) o termo sustentabilidade destina-se a preservação do ecossistema, o autor afirma que a

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução (BOFF, 2012, p. 107).

Pois conforme Leff (2009) a educação é um possível caminho para as mudanças de paradigmas, comportamentos e valores para alcançar a sustentabilidade, para ele a E.A. é como: “um processo gerador de novos valores e conhecimentos para a construção da racionalidade ambiental.” (p. 239).

Baseada na importância desse conceito de sustentabilidade, que a pesquisa buscou enfatizar os percentuais preocupantes do pouco conhecimento sobre desenvolvimento sustentável, por parte dos alunos.

No item 4.1 (Você já ouviu falar de Desenvolvimento Sustentável?) obteve-se os seguintes resultados conforme apresentados na Figura 1 abaixo: 48% disseram que “sim”, 31% disseram que “pouco” e 21% marcaram a opção “não tenho opinião”.

Você já ouviu falar de Desenvolvimento Sustentável?



Figura 1: Percentual sobre se ouviram de Desenvolvimento Sustentável.
Fonte: Viana, 2017

No item 4.2 que pergunta aos alunos “se o seu curso fala de Desenvolvimento Sustentável”, enquanto 41% afirmaram que “não”, 31% afirmaram que falam “pouco”, somente 20% afirmaram que falam “sim” sobre “desenvolvimento sustentável” e apenas de 8% optou pela alternativa “Não tenho opinião” (Figura 2).

O seu curso fala de Desenvolvimento Sustentável?

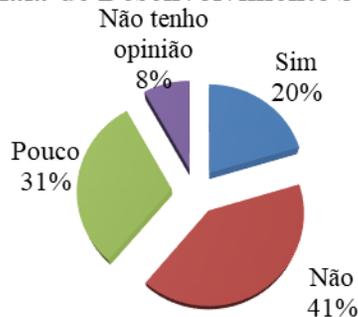


Figura 2: Percentual sobre se o seu curso fala de Desenvolvimento Sustentável.
Fonte: Viana, 2017

Conforme a análise desses dados coletados e apresentados, a temática desenvolvimento sustentável não é muito explorada em sala de aula, mesmo os alunos percebendo a importância deste tema, como vimos na fala dos participantes D15: “Deveria falar um pouco mais por que o tema é de suma importância”; e D6 “Uma mudança no estilo de vida, nos meios de produção, no consumo, uma mudança na postura e no pensamento social”.

De acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), desenvolvimento sustentável significa: “desenvolvimento que atende às suas próprias necessidades” (1991, p.46).

Partindo deste conceito, é possível perceber e compreender que o desenvolvimento sustentável é capaz atender às necessidades de todos os povos sem comprometer os ecossistemas e sem comprometer a disponibilidade atual de recursos naturais. Assim, é indispensável a discussão desta temática em sala de aula (BOOF, 2012). Pois, são através das discussões, dos debates e da troca de conhecimento que é possível estimular para a formação da consciência socioambiental.

No item 4.3 (Você acha importante o que o seu curso fala sobre Desenvolvimento Sustentável?) um total de 50% afirmaram que “sim”, 21% afirmaram que “pouco”, enquanto 29% optaram pela alternativa “Não tenho opinião” (Figura 3)

Você acha importante o que o seu curso fala sobre Desenvolvimento Sustentável?



Figura 3: Percentual de alunos se achou importante falar sobre Desenvolvimento Sustentável. **Fonte:** Viana, 2017

Mais uma vez, percebeu-se, ao analisar os dados apresentados acima, que o tema sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não é abordado neste curso como deveria, pois apenas 50% dos participantes da pesquisa afirmaram que sim, “acha importante o que o seu curso fala sobre desenvolvimento sustentável”. Com afirma Boff (2012) muito mais que um modismo atual, esta temática deve ser assimilada como um dos fatores essenciais, para o futuro do planeta.

As iniciativas educacionais para o consumo sustentável podem e devem se realizadas no âmbito de todas as disciplinas dos currículos do Ensino Fundamental e Médio, bem como no nível superior, e de iniciativas informais.

Como tema transversal do ensino, a Educação Ambiental ao ser inserida em todos os currículos de ensino, tem a possibilidade de englobar a questão do consumo sustentável, que deve ser abordada de forma holística, por se tratar de uma postura em prol da cidadania (TOZONI-REIS E CAMPOS, 2014).

Considerações Finais

Este estudo se propôs a entender as concepções dos alunos do Curso de Pedagogia no sudoeste da Bahia, sobre Meio Ambiente e Educação Ambiental. Para isso, foi realizada uma pesquisa de caráter descritivo e qualitativo, com apoio da abordagem de cunho qualitativo, para analisar o que dizem/falam/pensam os alunos do curso de Pedagogia sobre Meio Ambiente e a Educação Ambiental inserida no currículo deste curso. Observando como esses sujeitos desenvolvem (ou não) saberes e práticas de Educação Ambiental.

A educação ambiental surgiu em defesa do meio ambiente e tornou-se primordial no contexto atual. As mudanças ambientais decorrentes da ação humana na natureza dão sinais claros de que é necessário realizar intervenções positivas. A EA surgiu como um ramo da educação tendo como objetivo distribuir conhecimento sobre o meio ambiente, visando a conservação e a utilização adequada e sustentável dos recursos naturais. Nas últimas décadas a natureza tem dado sinais claros de sua exaustão, ocasionando uma crise ambiental.

A educação ambiental está amparada da Lei n. 9.795 – Lei da educação ambiental de 27/04/1999 e de acordo com esta lei, a educação formal tem a obrigação de abordar as questões ambientais em todas as modalidades de ensino.

Ao educador fica o dever de despertar e estimular a consciência de seus alunos no sentido de que o homem não é mais o centro do universo, e que é preciso ter um equilíbrio entre os recursos naturais e a ação humana. A dependência da natureza é inerente a vida de todos os seres vivos, percebeu-se na atualidade que a retirada indiscriminada dos produtos da natureza pode gerar o fim de muitos elementos, inclusive a água, recurso essencial à vida.

A educação ambiental precisa ser percebida como uma ação permanente, com a qual todos precisam ter acesso ao conhecimento e a oportunidade da conscientização sobre as relações entre o homem e a natureza. A EA tem como base, essencialmente, a mudança de comportamentos, valores e atitudes no sentido de promover a conservação da natureza.

A universidade é um espaço considerado de suma importância, por suas políticas de socialização, desenvolvimento humano e formação de valores, por isso é fundamental a interação da universidade com a sociedade para atingir os objetivos, pois é essencial a responsabilidade de todos os setores e sujeitos sociais no combate a esta crise socioambiental.

Tendo em vista que, a Própria Resolução CNE/CP 2/2012, estabelece a Educação Ambiental como componente curricular da Educação Básica e Educação Superior, prevê que a EA deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada apenas como disciplina ou componente curricular específico.

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 2: 308-331, 2018.

Assim, mesmo considerando a importância que os alunos, sujeitos da pesquisa, evidenciaram sobre a Educação Ambiental, por meio de suas respostas a pesquisa constatou que o curso pesquisado, ainda não consegue trabalhar esta temática com as práticas pedagógicas de interdisciplinaridade.

Nesse contexto, a Educação Ambiental precisa despertar uma expectativa renovadora no sistema de ensino, no entanto, a pesquisa reconhece que é um desafio grande para o curso de Pedagogia, que não é fácil mudar hábitos arraigados, mas que é um trabalho arrojado e necessário para a formação de futuros profissionais da educação, pois é preciso que estes profissionais estejam aptos a trabalharem com esta temática.

As respostas obtidas pela aplicação de formulário fechado e aberto foram categorizadas, analisadas e dispostas em tabelas e gráficos, observando assim, uma compreensão um pouco simplista, sobre a importância de se falar sobre meio ambiente e EA. Além disso, essas respostas foram consideradas pela pesquisa como insuficientes.

Baseado em Oliveira e Carvalho (2012), compreende-se a EA como uma prática educativa que relaciona os aspectos políticos, sociais, econômicos e ambientais no processo de formação do sujeito, e o espaço escolar é visto como um local próprio para a realização dos processos educativos formais, por isso a preparação do professor, visto como mediador desses processos, ganha relevância significativa do ponto de vista social e cultural.

Assim, percebe-se que EA precisa ser implantada de forma regular em todos os cursos de licenciatura, pois seria muito relevante no processo de estímulo a conscientização dos indivíduos, tendo em vista que a educação é um meio influente e fundamental para a transformação da sociedade.

Por isso, acredita-se que o ideal seria a inclusão da disciplina Educação Ambiental como obrigatória no currículo do curso de Pedagogia, pois esta disciplina é de suma importância no processo de formação docente, porque a temática ambiental é uma das exigências, dentre outras de natureza diversa, para que a escola possa ter condições de cumprir sua função social.

Contudo, constatou-se que a Educação Ambiental não está sendo abordada, efetivamente, nos componentes curriculares do curso investigado e que não há interdisciplinaridade aplicada no currículo do curso, as disciplinas são trabalhadas de forma independente. Percebeu-se que as questões ambientais são abordadas esporadicamente e sem continuidade pelas disciplinas obrigatórias do currículo.

Uma abordagem mais sistemática ocorre apenas na disciplina optativa Educação Ambiental, que possui uma carga horária pequena e, por ser optativa nem todos os alunos que passam por este curso de pedagogia conseguem cursar esta disciplina, tão importante para a formação do profissional em educação.

Referências

AMANCIO, C. **O porquê da educação ambiental?** ADM - Artigo de Divulgação na Mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá, MS, n. 83, p. 1-3, set. 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35 ed. Brasília-Senado Federal, Ed. 35ª. 1988.

BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, 1981

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação Lei n. 9394/96**. Senado Federal, Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Política nacional de educação ambiental. Brasília, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. CNE: Brasília, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2012**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012a

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 15 de junho de 2012**. Institui as Diretrizes para Educação Ambiental. Brasília, 2012b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2 de 01 de julho de 2015**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015.

BATTESTIN, C.; **Ética e educação ambiental: considerações filosóficas. Monografia** apresentada para a obtenção do grau de Especialista pela Universidade Federal de Santa Maria Centro de Ciências Rurais Curso de Especialização em Educação Ambiental, 2008.

BERNARDES, M.B.J.; PRIETO, E.C.; **Educação ambiental: disciplina versus tema transversal**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambiental. ISSN 1517-1256, v. 24, janeiro a julho de 2010.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CANDAU, V.M. Direitos humanos, violência e cotidiano escolar. *In*: CANDAU, V.M. (Org.). **Reinventar a Escola**. Petrópolis, Vozes, RJ, 2001.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Questões para a educação hoje. Porto Alegre, Artemed, 2005.

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 2: 308-331, 2018.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental Princípios e Práticas**. 4 ed. São Paulo: Gaia, 1994.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade**. Revista Lusofona de Educação, 6 ed. 2005, p. 15-29.

GATTI, B. **Formação de professores no Brasil**: características e problemas. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v.31, n.113, p.1355-1379, 2010.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, A.F.S.; FIGUEIREDO, M.L. **Ambientalização curricular na Educação Superior**: desafios e perspectivas. Educar em Revista. Curitiba: Edição Especial n. 3/2014, p. 109-126.

GUIMARÃES, M.A. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES . P.P (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, Brasília: 2004, p.15-34

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFF, H. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lucia Mathilde Endlich Orth. 9 ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

LOUREIRO, C.F.B. **Cidadania e meio ambiente**. Construindo os recursos do amanhã, v.1, Centro de Recursos Ambientais. Salvador, 2004.

LOUREIRO, C.F.B. (org.) **A questão ambiental no pensamento crítico**: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro, Quartet, 2008.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

OLIVEIRA M.G.; CARVALHO L.M. Políticas Públicas de Formação de Professores e de Educação Ambiental: Possíveis Articulações? **Revista Contemporânea de Educação** n. 14 – agosto/dezembro de 2012.

PIMENTA, S.G. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTO, M.F. Direito e Meio Ambiente: abordagem principiológica. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. n.8. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2009, p. 9-26.

SALVADOR, A.D. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica**. Porto Alegre, Liv. Sulina, 1986.

SAMPAIO, R.J. [et.al.]. **A questão ambiental pauta**: educação, saúde, políticas públicas e natureza. Vitória da Conquista, BA, Edições UESB, 2014.

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 2: 308-331, 2018.

SILVA, L.F. Algumas considerações sobre as críticas ao conhecimento científico moderno no contexto do processo educativo e a temática ambiental. **Revista Ciência e Educação**, v.6. n. 2, p. 169-179, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, R.J. Vozes, 2000.

TEIXEIRA, C.; TORALES, M.A. A questão ambiental e a formação de professores para a educação básica: um olhar sobre as licenciaturas. **Educar em Revista**. Curitiba, Edição Especial n. 03, p. 127-144, 2014.

TOZONI-REIS, M.F.C.; CAMPOS, L.M.L. Educação Ambiental escolar formação humana e formação de professores: articulações necessárias. **Educar em Revista**. Curitiba: Edição Especial n. 03, p. 145-162, 2014.

VEIGA, I.P.; AMARAL, A.L. (Orgs.) **Formação de Professores: política e debates**. 2 ed. Campinas, Papirus, 2003.